

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2000 A 2021 A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA KALECKIANA

Palavras-Chave: Parcela salarial, Decomposição, Câmbio

Autoras:

Bolsista CNPq: LÍLIA BOMBO ALSISI, IE/Unicamp

Orientadora: Prof.^a Dra. LILIAN NOGUEIRA ROLIM, IE/Unicamp

INTRODUÇÃO:

No Brasil, que concentra nas mãos do 1% mais rico 63% da riqueza que é produzida no país, a distribuição de renda revela o caráter desigual da economia (Oxfam Brasil, 2024). Essa distribuição desigual da renda tem uma multitude de determinantes históricos e contemporâneos, que podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas. Uma dessas perspectivas, priorizada na literatura kaleckiana (Kalecki, 1954), é a relação entre processos de formação de preços e a distribuição funcional da renda, que capta a divisão da renda entre os fatores produtivos capital e trabalho.

A partir dessa abordagem, é possível argumentar que há uma relação entre a dinâmica inflacionária e as mudanças da parcela salarial. Isso se dá porque a inflação é a taxa de mudanças do nível de preços e, numa perspectiva kaleckiana, isto estará intrinsecamente relacionado à distribuição de renda. Considerando a história do Brasil, a conexão entre inflação e distribuição de renda parece ser particularmente relevante. De fato, os

períodos de hiperinflação seguidos pela tentativa de estabilização nos anos 1990 com o Plano Real ainda mantiveram o país na esteira da inflação acima da taxa apresentada por países de economia avançada.

Entretanto, mais do que um fenômeno de demanda como é defendido pelo novo consenso macroeconômico, a inflação brasileira assume fortes conexões e expressa causas relativas ao setor externo e à estrutura produtiva do país (Baltar, 2015; Serrano, 2010). Isto se dá pelos efeitos de repasse de preços de bens importados para a produção e pela exposição da economia como um todo a significativos choques cambiais (Prates, 2002). Assim, a conexão da dinâmica de formação de preços na economia brasileira com o câmbio torna a distribuição de renda particularmente sujeita às variações da taxa de câmbio.

Ademais, as contribuições de Kalecki (1954) sugerem que a compreensão da relação entre inflação e distribuição funcional da renda requer uma análise setorial, o que é confirmado pelos resultados apresentados para o Brasil por Rolim (2023). A partir da divisão entre os setores

agrícola, industrial e de serviços, é possível traçar os processos de formação de preços e explorar a relação entre a inflação e a produção de cada um destes setores bem como a subsequente distribuição da renda gerada. Sendo a inflação um fenômeno de múltiplos determinantes e desdobramentos, entender a participação dos lucros e seu comportamento no produto gerado em cada segmento é uma forma de entender a dinâmica macroeconômica do capitalismo brasileiro.

Tendo em vista a relação entre os preços praticados pelo setor agrícola e a taxa de câmbio, valorizações do câmbio nominal e/ou aumento de preços relacionados ao setor externo acima do crescimento dos salários nominais significam ganhos aos capitalistas. Ao passo em que a inflação doméstica está diretamente associada à dinâmica de preços do setor externo e à taxa de câmbio, o conflito distributivo da agricultura brasileira parece se tornar ainda mais opulento à classe proprietária e imponente sobre a classe trabalhadora. Esta percepção é reforçada pela reduzida parcela salarial do setor agrícola em comparação com os demais setores produtivos da economia brasileira (Rolim, 2023).

METODOLOGIA:

Este estudo investiga a participação dos salários na renda gerada pela produção agrícola no Brasil, utilizando dados da Tabela de Recursos e Usos (TRU), disponibilizada pelo IBGE, no período entre 2000 e 2021. A pesquisa se concentra na parcela salarial do setor agrícola, isto é, na proporção do fator trabalho dentro do valor adicionado da produção. Para

isso, são considerados três métodos de cálculo da parcela salarial sugeridos por Gollin (2002), a fim de evitar distorções provocadas pelo tratamento dos rendimentos mistos – compostos tanto por renda do trabalho quanto por renda do capital – que são particularmente relevantes na agricultura.

A análise vai além do cálculo simples da parcela salarial. Com base na metodologia adaptada de Saramago et al. (2018), a pesquisa propõe uma decomposição dessa parcela em três componentes principais: o salário nominal por trabalhador, a produtividade real do trabalho e o nível de preços da produção agrícola. Essa abordagem permite entender, de forma mais precisa, como cada um desses fatores contribui para as variações observadas ao longo do tempo.

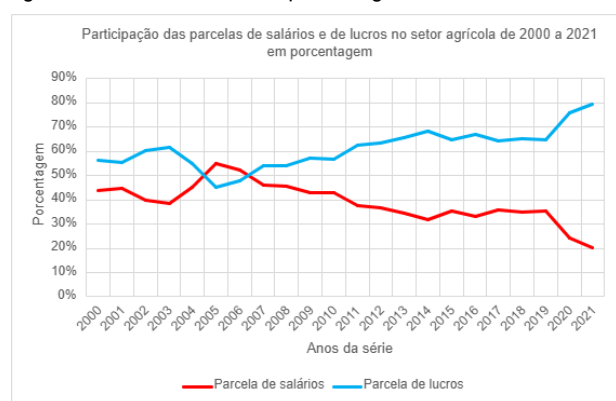
Com a decomposição aplicada, torna-se possível mensurar o peso específico de cada componente na mudança da parcela salarial entre dois períodos distintos. A análise obtida dessa forma oferece uma visão detalhada sobre a dinâmica salarial no setor agrícola, permitindo entender por que a participação do trabalho na renda do setor é reduzida em comparação com outros segmentos da economia brasileira, além de explicar a queda significativa observada nesse indicador durante o período analisado.

Os resultados são interpretados à luz de uma revisão da literatura, que discute os determinantes do comportamento dos salários, da produtividade e dos preços no setor agrícola. Esse esforço de análise inclui especial atenção ao papel do câmbio e às políticas públicas voltadas tanto ao setor produtivo rural quanto ao mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir da fotografia das participações das parcelas de salários e lucros no referido setor durante o recorte temporal utilizado na pesquisa, é possível traçar uma trajetória ascendente da parcela dos lucros sobretudo a partir de 2008 e que apresenta seu máximo justamente ao fim da série, quando os lucros representavam cerca de 80% da produção setorial, sobrando à parcela salarial drásticas reduções em contraposição. No entanto, há no meio do caminho uma inflexão denotada pelos números, em que os salários e encargos sociais pagos pelo setor despontaram momentaneamente sobre a distribuição da renda gerada, correspondente aos anos de 2005 e 2006. As datas se repetem também enquanto inflexões das demais variáveis analisadas.

Figura 1: Participação das parcelas de salários e de lucros no setor agrícola de 2000 a 2021, em porcentagem

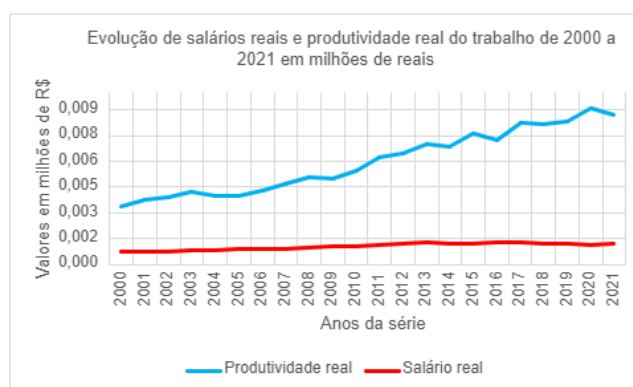


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela de Recursos e Usos – IBGE.

Utilizando o ano 2000 como base, os dados mostram um aumento expressivo da produtividade real nos 21 anos analisados, na magnitude de 2,5 vezes. Se no início do período

o trabalho rendeu R\$ 3410,00 de valor adicionado, ao fim o rendimento chega a ser cerca de R\$ 8720,00 (em valores de 2000). Os salários, por outro lado, apresentaram elevações ao longo do tempo sem acompanhar proporcionalmente a produtividade, crescendo pouco mais de 0,5 vezes, partindo de R\$ 770,00 para R\$ 1180,00 (em valores de 2000). Importante ressaltar, no entanto, que apesar destes serem os valores médios obtidos exatamente em 2021, houve anos que representaram avanços dos salários sobre a produção, tanto pelo crescimento dos salários reais em relação à produtividade do trabalho, quanto pelas curtas inflexões apresentadas na configuração da distribuição de renda a partir de pequenas elevações da parcela salarial no setor já representado no primeiro gráfico.

Figura 2: Evolução de salários reais e produtividade real do trabalho de 2000 a 2021, em milhões de reais



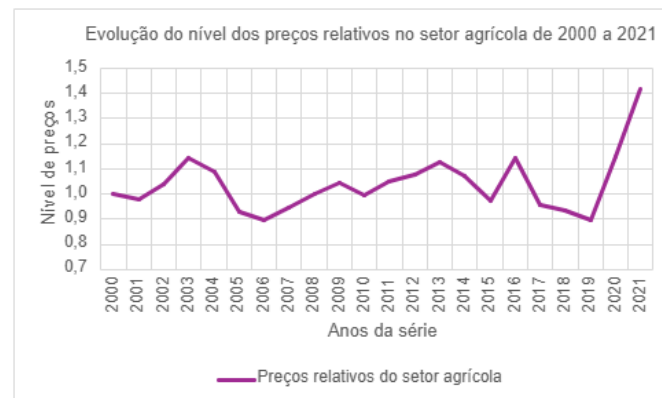
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela de Recursos e Usos – IBGE.

Os preços relativos apresentaram variações e tendências que foram da elevação à queda durante o período, tendo em 2006 e em 2019 chegado em seus menores valores. Em

2006 esta trajetória é concomitante à elevação da participação dos salários no setor, que ultrapassou momentaneamente a parcela dos lucros. Uma vez que os preços de produção do setor agrícola são preços que influem diretamente sobre a cesta de consumo dos trabalhadores (Kalecki, 1954), pela influência de commodities nos preços finais dos bens de consumo ou por estes mesmos constituírem-se como commodities, diminuições na relação entre este preço e os preços amplos ao consumidor, como observado em 2005 e 2006 à medida que os salários reais cresceram, significam aumento da participação dos salários na produção agrícola, indicando que os trabalhadores se apropriaram relativamente mais do que foi produzido pelo setor. Já em 2019 tanto a distribuição da renda quanto os demais componentes da parcela salarial apresentaram certa estagnação.

Quanto aos valores de pico dos preços relativos, estes ocorreram em anos em que a parcela dos lucros também apresentou elevação, possivelmente pela contribuição deste fator na atenuação nos ganhos dos salários reais que mantiveram crescimento modesto ao longo da série e passaram a apresentar decréscimo a partir de 2019, mesmo momento em que os preços dispararam e garantem a manutenção e avanço da participação dos lucros no segmento.

Figura 3: Evolução do nível dos preços relativos no setor agrícola de 2000 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Preços de Produção do setor agrícola e do IPCA – IBGE.

Analisando os componentes da parcela salarial obtidos através do método de decomposição, nota-se ao longo do período uma redução na participação dos salários na renda de 36% a preços de 2000. Esta redução foi diretamente mais impactada pelo componente de preços relativos, que causaram queda de 26 pontos percentuais da parcela salarial. Observa-se, entretanto, que ao longo dos anos analisados o movimento dos preços relativos variou. De 2004 a 2006 foi quando a inflexão se dava ligeiramente mais favorável aos trabalhadores, avanço este que fora revertido nos anos subsequentes com o avanço dos preços de produção sobre os preços de demanda no setor.

O efeito, mesmo com elevação em favor dos salários, parece ser ambíguo: os preços de consumo ao mesmo tempo em que apresentam uma barreira ao crescimento dos lucros no setor se não forem repassados aos preços de oferta, acumulam as altas inflacionárias que corroem o poder de compra dos trabalhadores, sendo sobretudo a produção do setor agrícola essencial na composição da cesta básica de consumo dos trabalhadores. A ver, a inflação medida pelo IPCA apresentou recuos a partir de

2004, sendo 2006 um dos anos de queda mais acentuada do índice concomitante a uma das situações mais favoráveis dos preços relativos em prol dos trabalhadores do segmento. Da mesma forma, é possível observar que nos anos de maior explosão da inflação acompanhada também pelo aumento nos preços de produção, como 2015 e 2021, o efeito dos preços relativos sobre a parcela salarial é significativo.

Os movimentos quanto à produtividade indicam sempre pressões contrárias à parcela salarial. Isto porque a produtividade é um dos fatores que eleva o faturamento das empresas e seu crescimento é desejado pelos capitalistas em magnitude maior que o dos salários e demais custos de produção, aumentando as margens de lucros. No período observado na pesquisa, o aumento da produtividade representou cerca de 12 pontos percentuais no decréscimo da parcela salarial, sendo em todos os anos consideravelmente mais elevada que o crescimento dos salários reais que se manteve praticamente na velocidade. A produtividade, à medida que seja maior que os salários, representa a capacidade de extração de valor sobre o fator trabalho, e sua aceleração maior ocorre de 2006 em diante, concomitante à criação e fortalecimento de programas de incentivo à agricultura e pecuária, como o PAP 2005/2006, cujo objetivo era justamente a recuperação da atividade no setor aliada à metas de produção de grãos por ano. Além disso, a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) e o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foram outras importantes iniciativas quanto à disponibilização de linhas de crédito para a produção familiar, à institucionalização deste

modo de produção e à garantia de remuneração dos custos de produção dos agricultores familiares (PGPAF).

BIBLIOGRAFIA

- Baltar, C T (2015) **Inflation and economic growth in an open developing country: The case of Brazil**. Cambridge Journal of Economics 39(5):1263–1280
- Gollin, D. (2002) **Getting Income Shares Right**. Journal of Political Economy, v. 110, n. 2, p. 458–474.
- Kalecki M (1954) **Theory of Economic Dynamics**. Allen and Unwin, London
- OXFAM BRASIL (2024). **Desigualdade S.A. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública**. Informe Oxfam, jan. 2024.
- Prates D (2002) **Crises Financeiras Nos Países ‘Emergentes’: Uma Interpretação Heterodoxa**. Ph.D. thesis, Universidade Estadual de Campinas
- Rolim N. (2023) **Inflation and income distribution in Brazil from a Kaleckian perspective**. Artigo apresentado na 27th FMM Conference.
- Saramago HA, de Freitas FNP, de Medeiros CA (2018) **Distribuição funcional da renda: Aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015)**. Artigo apresentado no Encontro Nacional da ANPEC.
- Serrano, F. (2010) **Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 1 (117), pp. 63-72